



Brasília-DF, 31 de março de 2026

[Confira a programação...](#)

Objetivo é entregar às autoridades a Pauta Unificada da Classe Trabalhadora. Segundo João Carlos Gonçalves (Juruna), secretário-geral da Força Sindical, estão previstos encontros com Lula, além de Hugo Motta, presidente da Câmara, e David Alcolumbre, que preside o Senado. Juruna afirma: "Estamos trabalhando para juntar 10 mil dirigentes, ativistas e demais trabalhadores".

As Centrais (CUT, UGT, Força, CTB, Nova Central, CSB, Pública e Intersindical) produziram panfleto, que já distribuem em suas bases. Afora as bandeiras sindicais e cidadãs, o informativo publica orientações práticas, entre as quais, "levar água potável", pois Brasília tende a ser muito quente e seca nesta época do ano.

Pauta – A defesa da democracia, da soberania e o combate ao feminicídio são as bandeiras cidadãs mais destacadas no texto da Conclat 206. A pauta sindical se concentra na redução da jornada, fim das escalas 6x1, combate às terceirizações e política de aumentos reais para o salário mínimo, entre outras.

A Organização da Marcha e da Conclat 2026 está a cargo das Centrais Sindicais. Os Sindicatos filiados tratarão com cada Central as medidas práticas para efetivação dos atos em Brasília.

Mais – Sites das Centrais.

Fonte: Agência Sindical

Conclat visa reunir 10 mil



Dia 15 de abril acontece a Conclat 2026 – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Será em Brasília, Capital Federal. A última, em 2022, foi realizada em São Paulo.

Dirigentes de todo o País e ativistas vão se concentrar às 8 horas, em frente ao Teatro Municipal, de onde, após aprovação pela plenária, sairão em Marcha rumo à Câmara de Deputados, Senado e ao Palácio do Planalto.

Após parecer da Aneel, Sindicato defende diálogo e solução com segurança jurídica para o caso Enel SP



A decisão da Procuradoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de afastar, neste momento, a possibilidade de caducidade imediata da concessão da Enel recoloca o debate sobre o futuro do serviço de energia na Região Metropolitana de São Paulo em um novo patamar — exigindo responsabilidade institucional, diálogo e segurança jurídica.

**Brasília-DF, 31 de março de 2026**

O processo que analisa a eventual cassação do contrato da concessionária segue em andamento e ainda não teve decisão final. A própria diretoria da Aneel optou por adiar a deliberação, diante da complexidade do caso e da necessidade de aprofundar a análise técnica e jurídica sobre o desempenho da empresa.

Diante desse cenário, o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Eduardo Annunziato (Chicão), reforçou a necessidade de construção de uma saída equilibrada e responsável.

“Já oficiamos STF. Já oficiamos diretores da Aneel. Queremos diálogo, queremos tentar achar saída republicana e com segurança jurídica. Estão atacando a estrutura jurídica e tirando qualquer razão nessa discussão. Nunca vi descolar ativo de passivo dentro de uma discussão de empresa. Não faz sentido”, afirmou.

Para o Sindicato, o debate não pode ser conduzido de forma precipitada ou com soluções que fragilizem o setor elétrico. A entidade alerta que decisões sem base podem gerar insegurança e impactos diretos sobre trabalhadores e a população atendida.

A concessão da Enel atende mais de 8 milhões de consumidores na Região Metropolitana de São Paulo e está no centro de um debate que envolve qualidade do serviço, responsabilidade regulatória e estabilidade do setor elétrico.

Nesse contexto, o Sindicato reafirma sua posição: é preciso garantir a defesa dos trabalhadores, a melhoria efetiva do serviço prestado à população e a construção de uma solução que respeite a legalidade e o interesse público.

A entidade seguirá atuando junto às instituições para assegurar que qualquer decisão seja tomada com transparência, responsabilidade e segurança jurídica.



Luta contra caducidade

Há anos o Sindicato vem debatendo os danos que a Caducidade pode causar: seja para trabalhadores ou população. Recentemente, o Sindicato convocou

assembleia que reuniu milhares de Eletricitários na Praça do Patriarca, Centro de São Paulo.

Nesta assembleia, eles decidiram ir além. Mais de 300 trabalhadores foram à Brasília protestar. Uma possível caducidade da Enel pode gerar demissão em massa e causar problemas no fornecimento de energia em São Paulo.

Além do ato, o presidente Chicão se reuniu e debateu o assunto com o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho e o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Fonte: Eletricitários

Com o fim da janela partidária, parlamentares retornam às bases



Nesta semana, em virtude do fim da janela partidária, Câmara dos Deputados e Senado Federal não deliberaram matérias em plenário. Nas comissões permanentes também não há previsão de agendas de votações e outras atividades.

Deputados e senadores, em sua grande maioria são dirigentes partidários ou os principais articuladores políticos locais e por conta das possíveis mudanças nas legendas os parlamentares se concentram em suas bases eleitorais.

Janela partidária

A janela partidária ocorre em ano eleitoral em exatos sete meses antes do pleito. Neste ano, o 1º turno das eleições acontece no dia 4 de outubro como previsto no artigo 22-A da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995) e a janela partidária é um mecanismo para a reorganização das forças políticas antes das eleições gerais de outubro.

O mecanismo somente beneficia neste ano deputados federais, estaduais e distritais. Os vereadores eleitos em 2024 não podem utilizar a janela de 2026, uma vez que não estão em fim de mandato.

Nos cargos conquistados por meio do sistema proporcional – deputado federal, deputado estadual,

Brasília-DF, 31 de março de 2026

distrital e vereador – a Justiça Eleitoral considera que o mandato pertence ao partido político pelo qual a pessoa foi eleita e não à pessoa que o ocupa.

Por essa razão, a pessoa eleita para um desses cargos deve sempre apresentar a devida justa causa para se desligar da agremiação. Durante a vigência da janela partidária, no entanto, a troca de legenda funciona como espécie de justa causa.

Matéria completa:

<https://diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/92829-com-o-fim-da-janela-partidaria-parlamentares-retornam-as-bases>

Fonte: Diap

Salário mínimo – João Guilherme Vargas Netto



Em um País no qual a taxa de mais-valia é 100% (ler com atenção o artigo de Naercio Menezes Filho, no Valor de 20/2/26, em que “um estudo recente com dados brasileiros estima que os salários dos trabalhadores é a metade do valor de sua contribuição produtiva para a empresa em que trabalha”), há um espinho na garganta dos capitalistas: o salário-mínimo e sua valorização.

Este ano, comemoram-se os 90 anos de sua criação e o 20º aniversário da política para sua valorização.

Ambas as efemérides foram assunto para um evento no Ministério do Trabalho e Emprego e deram substância ao novo livro do Dieese sobre o salário mínimo e sua conturbada história.

O espinho encravado na garganta dos capitalistas produz quase sempre soluços em seus escribas, que atentam contra a validação do salário mínimo, suas relações com a Previdência e o esforço para sua valorização.

Que o salário mínimo é essencial basta prestar atenção à língua falada pelos brasileiros em que “salário” quer dizer quase sempre salário mínimo, que é também usado pelos estatísticos como degraus para análise dos rendimentos.

O horror dos capitalistas e de seus escribas ao salário mínimo decorre de seu papel civilizatório, como marco e limite da exploração.

Vargas Netto – Consultor de entidades sindicais de trabalhadores.

Fonte: Agência Sindical

Comissão aprova projeto que amplia pausas para amamentação no trabalho

Proposta segue em análise na Câmara

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Laura Carneiro, relatora na comissão

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta que amplia os descansos para mãe amamentar seu filho durante a jornada de trabalho. O benefício vale até a criança completar 1 ano e 4 meses.

Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já estabelece dois intervalos de meia hora para amamentação até o bebê completar 6 meses. A proposta amplia para, entre 6 meses e 1 ano e 4 meses, permitir pausa de meia hora por dia dedicado a amamentar o bebê.

O texto aprovado é um substitutivo da Comissão de Trabalho ao Projeto de Lei 3970/24, da deputada Rogéria Santos (Republicanos-BA).

O projeto original condicionava a ampliação do período de intervalo para amamentação de laudo médico feito por entidades ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou empresas prestadoras de serviço de saúde ou de autoridades competentes. Já o texto aprovado não limita quem pode elaborar o atestado médico, basta comprovar a necessidade da continuidade da pausa para amamentação.

Segundo a relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), o projeto é meritório ao estender para até 1 ano e 4 meses, pelo menos, o direito da mulher à amamentação. "Por outro lado, parece-nos que a alteração legislativa foi elaborada de forma mais clara: mesmo o médico particular da mulher poderá atestar a necessidade de um período maior de amamentação", declarou.

Brasília-DF, 31 de março de 2026

Próximos passos

A proposta ainda será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, precisa ser aprovada por Câmara e Senado.

Fonte: Agência Câmara

Ministro Luiz Marinho divulga dados do Novo Caged de fevereiro nesta terça-feira (31)

Resultados do emprego formal serão apresentados em coletiva no MTE, com transmissão ao vivo



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, divulga nesta terça-feira (31), às 14h30, os resultados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) referentes ao mês de fevereiro.

A coletiva poderá ser acompanhada presencialmente no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília, ou ao vivo, por meio do canal oficial do MTE no YouTube.

Durante a apresentação, serão detalhados os principais números do emprego formal no país, incluindo saldo de vagas, admissões, desligamentos e o desempenho dos setores econômicos e das unidades da Federação.

Após a divulgação, técnicos do MTE estarão disponíveis para esclarecer dúvidas da imprensa. Os dados completos serão publicados no Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), disponível no site do Ministério.

**Serviço:
Divulgação dos dados do Novo Caged de fevereiro****Data:** 31 de março (terça-feira)**Horário:** 14h30**Local:** Ministério do Trabalho e Emprego – Bloco F, 4º andar – Esplanada dos Ministérios**Transmissão ao vivo:** [Canal do YouTube do MTE](#)

Fonte: MTE

CAS aprova mudança de horário no trabalho por motivo religioso

Geraldo Magela/Agência Senado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira (25) projeto que garante aos trabalhadores o direito de adaptar o horário de trabalho por motivos religiosos. A matéria segue para o Plenário.

O PL 3.346/2019, do ex-deputado Wolney Queiroz (PE), recebeu um substitutivo (texto alternativo) do senador Paulo Paim (PT-RS). O projeto também autoriza o uso de vestimentas, adereços e símbolos religiosos no local de trabalho. A regra vale para trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos.

A mudança no horário no dia de guarda religiosa deve ocorrer em comum acordo com o empregador ou chefia imediata. A adaptação pode ser feita: pela alteração do dia de descanso semanal remunerado; pelo acréscimo de horas de trabalho diárias; ou pela troca de turno até a compensação das horas definidas no contrato de trabalho.

Para ter direito à adaptação, o trabalhador deve fazer o pedido com, no mínimo, 15 dias de antecedência. O empregador poderá rejeitar o pedido, desde que apresente justificativa razoável relacionada a exigências técnicas ou impedimentos legais.

No caso de rejeição do pedido sem justificativa, o trabalhador da iniciativa privada pode solicitar a rescisão do contrato de trabalho, mantendo todos os direitos trabalhistas assegurados. No caso da rejeição do pedido com justificativa, o trabalhador pode rescindir o contrato sem cumprir o aviso prévio.

Matéria completa:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/03/25/cas-aprova-mudanca-de-horario-no-trabalho-por-motivo-religioso>

Fonte: Agência Senado